



ATA - CONSELHO MUNICIPAL DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS
PÚBLICOS DELEGADO DE MANAUS – CMR Nº 11/2018
(04/10/2018 – 14h e 30min)

Ata da reunião sobre a Exposição do Processo nº 2018.13000.13210.0.000358, que trata das obras do Plano Anual de Serviços – PES 2018, da Manaus Ambiental.

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, com início às quatorze horas e trinta minutos, na sala de reunião da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Município de Manaus – AGEMAN, reuniu-se a componente que presidiu sobre a Exposição do Processo nº 2018.13000.13210.0.000358, que trata das obras do Plano Anual de Serviços – PES 2018, da Manaus Ambiental, sendo integrante da referida exposição: Suzy Lima Tavares, Diretora Técnica de Concessões, Obras e Saneamento. Conselheiros: Fábio Augusto Alho da Costa, Presidente do Conselho da AGEMAN; Karina Lima Moreno, da OAB; Flávio Cordeiro Antony Filho, da SEMINF; Vicente de Paulo Queiroz Nogueira, das Concessionárias; Helrma de Fátima Oliveira da Silva, da CUC; Rodrigo Guedes Oliveira de Araújo e Nelson Costa da Silva, da CMM e Antônio Carlos da Silva, da FIEAM. Participaram também; Tereza Maria Martins Teófilo, Assessora de Comunicação; Sheyla Márcia Figueiredo do Valle, Assessora Técnica e Cristiane Barbosa Rodrigues, Assessora Jurídica, servidoras da AGEMAN. Foi passada a lista de presença, que fará parte integrante desta Ata. Iniciando os trabalhos, o Conselheiro Presidente verificou o quórum, todos presentes. Leitura e assinatura da ata da reunião anterior. Enviada com antecedência via e-mail a todos do Conselho e nada tendo a informar, a ata foi assinada. O Presidente do Conselho cumprimentou os presentes e falou sobre o tema e a importância na regulação e fiscalização no âmbito do estado pela ARSAM, a exposição dos planos anuais de serviço da concessão do saneamento básico, água e esgoto na cidade de Manaus, que são bases na estruturação das ações e investimentos que a concessionária está fazendo neste ano e projetando para o ano de 2019. A Diretoria Técnica, Suzy Tavares, está fazendo o acompanhamento das estimativas de execução dos serviços para 2018. Na composição do quadro da AGEMAN, foram nomeadas a partir do dia 1º de outubro de 2018, a arquiteta Sheila Márcia F. do Valle, que vai ajudar na fiscalização e acompanhamento de todos os planos anuais da concessionária Manaus Ambiental e futuras delegações que a municipalidade irá fazer no transporte, iluminação pública, drenagem e lixo, é uma gama de serviços e a advogada Cristiane Barbosa Rodrigues, para dar assessoramento na parte jurídica. No ano de 2019 vai trazer quadros de estudos, da BRT, concessão da iluminação pública, o projeto básico já está pronto, vai trazer para o conhecimento do Conselho. A concessionária está dando conta da concessão do saneamento de água e esgoto, com 4.200km de rede e está sendo acompanhado os planos dentro do Contrato de Concessão. Ressaltou o Processo nº 2018.13000.13210.0.000358, que trata das obras

Sheila

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



do Plano Anual de Serviços – PES 2018, da Manaus Ambiental, o plano é avaliado pela AGEMAN e encaminhado à Manaus Ambiental depois de serem feitas as sugestões e considerações. Passou a palavra para a Engenheira Suzy Tavares para expor sobre o serviço que vai ser implementado na cidade de Manaus. Deixou em aberto para questionamentos e dúvidas em área de execução feita pela Manaus Ambiental, seja na estação de tratamento de esgoto ou abastecimento de água, rede, tudo que compõe as informações da AGEMAN para serem compartilhadas com o conselho. A Diretora técnica falou sobre o Plano Anual de Exploração de Serviços – PES, sobre a primeira análise que a AGEMAN fez das obras que estão em andamento e as que não estão. PES é um documento da Manaus Ambiental elaborado em cumprimento ao item do Contrato de Concessão, através do anexo II e V. No plano trabalha em conjunto com o Plano de Melhorias Institucionais e Operacionais, Plano Quinquenal e o anexo VI, que fala sobre o Plano de Exploração dos Serviços, que é apresentado todo final de ano. Na análise tem que estar interligados dentro de um Plano de Melhorias, Plano de manutenção, qualidade de água e de esgoto, interligados com as ações, ou se complementam ou dependem uma das outras. O item que fala do anexo V, estipulou a data de 180 dias da assinatura do Plano no final de novembro de 2018 e recebe o novo plano de 2019, que ainda vai ser feito. No final de janeiro de 2019, apresentará o que já foi feito no ano de 2018 e terá um prazo para analisar. Foi verificado que um ano para analisar ficou muito tempo e aproveitando a sugestão do Instituto Aquila, foi decidido fazer Relatórios intermediados, análises a cada 4 meses, principalmente quando tiver que tomar ações, foi o primeiro parecer elaborado. O Conselheiro Presidente disse que por obrigação de Lei, tem que expor no Relatório Anual de Atividades o que foi cumprido e o que não foi. O custo geralmente saía meados do ano subsequente, agora está antecipando para dezembro de 2018 ou início de janeiro de 2019 para apresentar o relatório. Um ano é muito tempo para avaliar e com o Instituto Aquila, que está fazendo o estudo programado para a Prefeitura Municipal, de três meses, ficou em quatro, é o tempo em que as obras civis, principalmente no saneamento que são lentas, como as redes, estações de tratamento, conexões, interligações, trazer o usuário para o sistema. Em quatro meses com o resumo e a vistoria e o complemento da obra, conseguiria fazer e ainda com a tecnologia do georeferenciamento, que está implantado. No final terá tudo consolidado no relatório, a cada quatro meses vai ter o levantamento para passar as informações para o Prefeito do que foi feito no esgotamento, informação que são privilegiadas ao Conselho. Será divulgado o relatório oficial só no final do ano, os 4 meses só para controle, para que possa tomar uma decisão ou ação, sempre seguindo uma metodologia de fiscalização. O primeiro relatório foi encaminhado para a concessionária, para título de informação e estão dentro do cronograma, ficando mais fácil para avaliação. Já no final de um ano, alertou, é mais para cálculo de metas e o Instituto Aquila quer um cálculo intermediário, ainda está sendo avaliado, porque tem a ver com o crescimento populacional, não é só obra, tem uma série de fatores. Disse ainda, que inclusive dentro dos PES, não alcançaria a referida meta. O Prefeito antecipou de 2045 para 2030 80%, coleta e destinação final do resíduo, eles tem que ter uma



percentagem, porque senão conseguirem chegar em 2030 com os 80%, não cumprindo, já serão passivos de sanção, advertência, multa, até a caducidade do Contrato de Concessão, podendo gerir e o poder concedente é quem decide, senão foi cumprido, pode reter e trazer para o conselho. Poderá justificar, se não foi feito o alcance total dessa percentagem do resíduo, mas poderá fazer para 2019, porque vai ser investido duas vezes mais, tem a apólice, a garantia financiada do banco, ai poderá ser estendida a avaliação e executar em tempo hábil conforme o contrato. Tem que ter um bom andamento para chegar em 2030 com os 80%, porque se for de qualquer jeito, a metodologia de acompanhamento do PES acabaria, e isso não é o perfil da AEGEA, ela tem que fechar o ciclo. A conselheira Karina fez uma pergunta da meta que a empresa apresentou ao conselho, que até 2030 estaria com uma determinada percentagem, se for percebido que o plano não foi atingido, poderá ser reformulado. Ao fazer uma análise, as vezes não é culpa da empresa, porque ela faz a parte técnica, por força maior ou fenômeno da natureza, não seja cumprida a meta, poderá ser revista por meio de aditivo. O Conselheiro Presidente disse que é possível. Falou que a meta poderá ser aditivada a maior ou menor, passará pela avaliação da Agência Reguladora e do Poder Concedente. Não deliberar de 80 para 60%, já está estipulado no 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, tem que reduzir a meta de 2045 para 2030 na percentagem. Tem que ver no reajuste ordinário, extraordinário um pedido e trabalhar. Prova física disso, é o Timbiras, que comporta um volume maior do que a quantidade de resíduos duas vezes mais que a capacidade, eles tem o prognóstico de investimento bruto. A Diretora Técnica apresentou o gráfico que foi anexado junto ao plano de esgotamento sanitário, o período e as principais obras acompanhadas pela diretoria, não procurou descrever o andamento de cada obra, se foi concluída ou iniciada para ter uma avaliação já intermediária, o outro é o cronograma de abastecimento de água, que foi acrescentado no plano de 2018 e no final de janeiro de 2019, tem que prestar contas dos que foi realizado pela concessionária. No esgotamento sanitário, vistorias foram feitas, tanto na água, quanto em esgoto, nos meses de maio à setembro. As obras de esgotamento, foram as implantações de novas estações e elevatórias, para aumentar a porcentagem de tratamento na capital, onde tem rede ainda não é 100% tratada, basicamente são essas as obras, os sistemas deficientes passem a funcionar plenamente, para isso foram construídas algumas estações e/ou melhoradas e instalações de algumas elevatórias de esgoto. Em outros casos, já existia a estação faltava melhorar a qualidade e outros índices, também foram melhoradas. Foram vistas a questão física de urbanização, o aspecto de abandono, pinturas, melhoramento do local para não ter o acesso a pessoas, porque além de danificar alguns equipamentos, poderá haver invasões. No Ayapuá, em 2009, tentaram instalar uma ETE no cruzamento da Av. Brasil com a estrada da Coronel Teixeira, começaram a obra e devido impedimentos por indivíduos que se diziam donos da área, houve uma paralização e foi para justiça e julgada, enquanto isso a obra ficou paralisada. Em 2015 a concessionária entrou na justiça e ganhou, tentou desapropriar o terreno do lado do Ayapuá e não conseguiu. Foi decidido que poderia implantar uma estação no Xingú para receber o esgoto do Ayapuá. Em 2017 a obra foi



reiniciada, ficou como o sistema Ayapua/Xingú, mas novamente a obra foi parada, porque os moradores do Xingú não permitiram, foram feitos acordos e depois de muitas reuniões a obra foi reiniciada. O Conselheiro Vicente perguntou porque não concordaram com a coleta. A Diretora Técnica respondeu devido o mal cheiro, esgoto misturado, vindo de outro conjunto e também porque ia ocupar uma parte da quadra do conjunto. Fizeram alguns acertos, tiveram uma compensação que foi a praça, a quadra foi reformada, fizeram o muro da igreja e guarita para poder implantar a estação. A ETE Xingú, tem a capacidade para 24 l/s, foi feito uma elevatória dentro da estação, equipamento moderno, gradeamento grosso, mecanizado, Calha Parshall, é uma estação com tratamento de primeira, que vai receber a cloração no final, está 99% pronta, e vai ser inaugurada. Nos mesmos moldes da ETE Xingú, foi feito na ETE Villa Nova, teve melhorias, fossa filtro, houve uma parada, porque a empresa deixou de executar os serviços. Existiam três estações no Conjunto Villa Nova, no qual uma estação foi desativa. Foi construída uma elevatória para jogar para outra estação e decidiram fazer uma em substituição as três. Na Zona Norte, próximo ao T4, localizado no cruzamento da Av. Brasil com a Coronel Teixeira, limite na Cidade de Deus, foi colocada uma estação provisória, porque demoliram os tanques, as fossas filtro. A ETE já está 99% pronta, já iam fazer teste para ver o funcionamento com o esgoto do timbiras, porque tem que ter o tempo para formar colônias de bactérias. Existe todo um processo para colocar a estação em funcionamento, tem o sistema fossa filtro que está sendo desativada, a capacidade é menor que a Xingú, mais é o mesmo formato de tratamento, tem ainda área para ampliação. Falou do Sistema Timbiras, também uma obra que estava no PES. O Timbiras é um sistema composto de uma Estação de Tratamento, que foi ampliada, obra construída primeiro, porque receberia o implemento de vasão de outras áreas que seriam agregadas e para receber essas áreas, precisou fazer obra e precisaria da construção de novas elevatórias. Na cidade Nova II tem estação de tratamento parcial. Na Cidade Nova I tinha uma estação, mais foi ocupada pela população e construíram imóveis em cima dos coletores troncos. A estação estava em área verde e achavam que não seriam ocupadas pela população, mais ficou totalmente cercada por casas. A obra é chamada de adequação, ampliação e irreversão Timbiras, porque vai pegar o esgoto da Cidade Nova I e jogar para a Cidade Nova II, ficará um sistema. Outras estações do tipo fossa filtro, são a Ribeiro Júnior e Renato Souza Pinto, que estão em funcionamento mas serão desativadas, porque o Timbiras aumentou a capacidade e poderá receber o esgoto de mais de 100 mil pessoas. Terá obras de instalações de novas elevatórias e conforme explicado sobre o esgoto, o normal é por gravidade. Na parte Cidade Nova I é mais baixa que a Cidade Nova II, tem que jogar o esgoto para o outro lado e por isso é necessário de uma nova elevatória. A primeira parte da obra que já foi concluída, é a Estação do Timbiras, com a ampliação e capacidade, tratamento de 120 para 220 l/s, é moderna, tem o pré-tratamento que é mecanizado, tem remoção de gorduras, sólidos grosseiros e finos e 6 lagoas, duas estão em funcionamento, já estão prontas e assim que concluir as elevatórias, poderão receber o incremento de vasão, incluindo os conjuntos Renato Souza Pinto e Ribeiro Júnior e outras áreas.



Uma das elevatórias que está em construção é a de pista 3, no final da Rua Bem-Ti-vi, na Cidade Nova, e essa área toda é o esgoto e vai jogar para outro PV. A Conselheira Karina disse que as tampas ficam no meio da rua, onde tem as casas. Perguntou se os moradores são avisados das obras e que vão quebrar as ruas. A Diretora Técnica respondeu que os moradores são avisados quando a concessionária vai fazer qualquer tipo de obra nas ruas. Na Cidade Nova 2, estão sendo construída uma nova elevatória na Avenida G, é a única que é em uma área maior e que não tem pista, junto com a Vila Real. Algumas extensões de redes, quando estiverem concluída estarão em funcionamento com a Estação do Timbiras, 100% funcionando, falta adesão, porque nem todos da Cidade Nova joga o esgoto na rede, adesão de 50 a 60%. Também foi feita a reforma no Cidadão X no sistema de esgoto. No Tarumã tem ETE do tipo fossa filtro, a eficiência não era grande, a concessionária fez melhorias e reforma de pré-tratamento, limpeza e urbanização, normalmente quando os conjuntos são repassados, estão em estados deteriorados, foi feita uma reforma civil, e até a elevatória não funcionava, não tinha bomba, tinha rede quebrada e a concessionária realizou a obra, o sistema já está em pleno funcionamento. A Conselheira Helrima perguntou se a reforma foi feita antes da estação. A Diretora Técnica respondeu que tinha sido feita antes do início do plano. A próxima obra é a implantação da ETE Raiz, é uma nova ETE com maior capacidade instalada de 300 l/s, para início, a primeira fase será de 100 l/s. A EPC Educandos vai ser transformada em ETE. Foi feito um acordo com o PROSAMIM, disponibilizaram uma área, mas não tiram as pessoas do local. Estão verificando outro local. É uma obra que está sendo postergada. Vai receber contribuição do PROSAMIM I, II e III. O Conselheiro Presidente falou e respondeu a Dra. Karina, porque aceitaram reduzir no quinto Termo Aditivo de 2045 para 2030, uma das respostas da implantação da ETE na Raiz. É uma grande estação que será implementada com 4.300m de coletores tronco, com uma grande capacidade. A Diretora Técnica falou que no igarapé do Mestre Chico não tem tratamento, aconteceu a mesma história da Cidade Nova, às margens de igarapé construíam casas. O Conselheiro Antônio Silva perguntou se a responsabilidade era tudo da ARSAM. O Conselheiro Presidente falou que sim. A ARSAM tinha um poder limitado, até porque era contratada da Prefeitura de Manaus para regular e fiscalizar, tanto é que as aplicações das sanções, advertências ou multa, remetia ao poder concedente, aplicava, considerava ou não, faziam a desometria das sanções, a voz da ARSAM não era a última. Agora a voz da AGEMAN é a última, as multas administrativas ao grupo AEGEA, fizeram uma proposta e contrataram a Fundação Getúlio Vargas para fazer uma avaliação das multas sem que fossem ajuizadas, mas sim administrativas. O estudo está no final e já foi passado para a AGEMAN, quem aplicou a multa foi a Agencia Reguladora do Município, fisicamente falando, funcionalmente foi a ARSAM. Na aplicação pelo Contrato de Concessão, existe um critério dentro do contrato, que poderia aplicar até 1% do faturamento bruto, nunca foi aplicado 0,1 ou 0,5, sempre aplicava 1% no máximo. Hoje criou essa margem para poder trabalhar, são 30 milhões de multas. O Conselheiro Vicente falou que não havia a desometria, não distinguia se estava faltando água



em uma rua ou no bairro inteiro. O fato gerador avaliava dentro do critério a maior para o Poder Concedente ter a avaliação de volta, não caberia uma multa e sim uma advertência para reduzir, isso não cabe 1% do faturamento e sim 0,5% em cima do critério, fazia ao máximo para ter a avaliação do Poder Concedente. Deu problema pontual na cidade de Manaus pela falta d'água, afetou 6 bairros, na avaliação da ARSAM o fato gerador era aplicado nos 6 bairros. Agora na avaliação pela fundação, o fato gerador foi só um que gerou o problema em 6 bairros na cidade. Cabe a desometria uma redução da penalidade dentro dos critérios legais, objetivos e técnicos, até porque as multas são informadas ao Tribunal de Contas. A Diretora Técnica, disse que mesmo na ARSAM, faziam a avaliação dos planos, sugeriam advertências e multas, tudo era analisada e justificada, Toda a apresentação do PES depois gerava uma penalidade. Existe uma outra metodologia de gerenciamento da nova empresa, precisaria ter receita e alcançar a meta, também nos planos existia multas, advertência e correção. A Diretora Técnica falou da ETE Raiz, simplesmente chegava em outro plano e sumia, ficava sem investir, continua sendo avaliada. Falou sobre o sistema de abastecimento de água, uma obra que vai ser feita no Tarumã, implantação de um reservatório. A concessionária falou que já tem o terreno, até o mês de setembro ainda não tinha sido iniciada, estava faltando materiais. A outra obra foi a solicitação da Prefeitura para a Comunidade Nobre, já foi iniciada no mês de setembro, implantação de novas rede de água e ligações. Uma obra concluída foi a Implantação de Estação de Tratamento de Lodo no Mauazinho. O lodo, é quando é feito o tratamento da água, coloca produtos químicos e tem uma perda que gera um lodo, não poderá ser jogado no rio ou no igarapé. Foi construído no Mauazinho e na Ponta do Ismael, existe um Termo de ajustamento de Conduta para o IPAAM. Do Mauazinho já está pronta, mas não está funcionando, ainda não formou o lodo suficiente, vai desidratar e fazer o tratamento para ir para o aterro sanitário de forma adequada, aproveitando a parte da água usada com o tratamento. A outra obra em andamento é a Revitalização Barrilete, Baixos I e II, na Ponta do Ismael, estão fazendo urbanização, limpeza das bombas e parte elétrica, o Baixo I é o mais antigo. O Conselheiro Presidente salientou ao conselho que não há ideia do maquinário do saneamento, pois é muito grande, as bombas, tubulações, parte elétrica, obras civis, mão de obra, são equipamentos de grande porte. O Conselheiro Antônio Silva, falou que são equipamentos da época dos ingleses. A Diretora Técnica falou que estavam fazendo pintura nas adutoras e limpeza. Na ETA II, estavam fazendo serviços de urbanização e pintura. No Baixo II, na Ponta do Ismael, estavam fazendo reforma dos filtros previsto no PES. São dois filtros por ano, fizeram a revitalização e a permeabilização, o filtro já está funcionando de forma adequada, porque com o tempo oxidou. Outra reforma importante é a implantação de uma adutora de 800mm saindo da Ponta do Ismael, substituindo por duas de 500mm, há casos que tem casas em cima das adutoras da época dos ingleses. O arruamento era outro, algumas casas estavam em cima das adutoras, foram identificadas, isolaram uma parte da adutora de 800mm que tem imóveis em cima, 1.270m, vão colocar também registros. Em junho estava quase pronta, só faltava um trecho da adutora porque tinha um



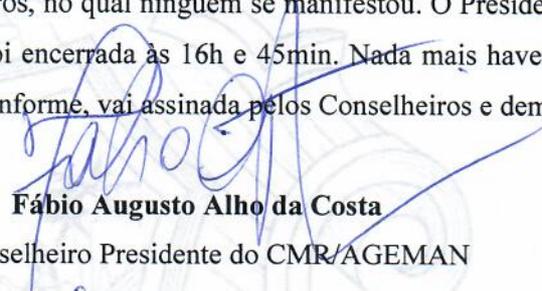
cruzamento. Outra obra de água, é a do Eduardo Gomes, em andamento e está quase finalizada. Macro Setor com abastecimento para algumas áreas, setorizada, registros, novas redes, é um reforço para melhorar o abastecimento, já está quase concluída. Falou do Resumo das principais obras de saneamento em andamento e a situação. Na parte de esgoto, Adequação e Ampliação do Xingú, Villa Nova, Cidade Nova I e II, Vila Real, Tarumã que ainda vão iniciar. Tem a parte que foi mencionada de reservatória tanto autorização, quanto recuperação estrutural, são essas obras que estão em andamento, prevista no PES. Seis que foram concluídas e outras não iniciaram ainda, mas estão no prazo do cronograma da concessionária até 2019. No primeiro momento foi olhado o cronograma, para saber o status e no próximo relatório, vai ser verificado com detalhes, será feita uma análise das melhorias. SES (Sistema de Esgotamento Sanitário) e SAA (Sistema de Abastecimento de Água). O Conselheiro Vicente perguntou se havia investimentos de reservação que foi iniciada que não estava nos planos. O Conselheiro Presidente falou que são 5 novos reservatórios de 5.000m³, podendo chegar até 7.000m³. Qualquer problema com o abastecimento de água, iluminação pública ou transporte, podem entrar em contato com a ouvidoria, no shopping T4, Felipe Daou, na parte de atendimento. A Prefeitura vai lançar um aplicativo futuramente com todos os serviços. No transporte já começou a escutar algumas demandas de linhas para poder dar ordem e andamento para facilitar o trabalho. Para a Agência regular e fiscalizar os serviços no contrato, ela recebia 1% do faturamento bruto da empresa, ao passo que o convênio foi denunciado e respeitado. A agência foi criada, sancionada a criação no dia 13 de dezembro de 2017 e foi indicado o nome do Presidente no dia 14 de dezembro na Câmara Municipal. O Prefeito denunciou o convênio no dia que foi sancionada a AGEMAN, no dia 13 de março e depois de 90 dias a regulação e a fiscalização já estava 100% na AGEMAN. Tanto é que a Ouvidoria já estava instituída. No dia 14 de março, 1% do faturamento já foi revestido aos cofres da AGEMAN. Ressaltou sobre a exposição da Avaliação do Plano Anual de Serviços – PES 2018, da concessionária Manaus Ambiental. É obrigação e responsabilidade direta da AGEMAN, até porque tem que acompanhar os planos, evolução, saneamento, metas e crescimento da cidade. A vinda da AEGEA veio coincidir com a boa prática de serviços e de atendimento. O Conselheiro Vicente falou que a questão da ampliação da reservação que está nos planos, está completa com a chegada da AEGEA. O Conselheiro Presidente falou que é difícil dar uma nota pelos serviços da Manaus Ambiental, porque tem pouco tempo e ainda há serviços para serem executados e cedo para dar uma nota. A Conselheira Karina falou que o atual Presidente da Manaus Ambiental demonstrou intenções positivas, o plano do PES é bom, mas há diversos questionamentos, se vão concluir as metas, tornar realidade, está otimista que sejam a figura que apresentaram para o conselho. O Conselheiro Vicente falou que de todos os problemas, o maior foi a Manaus Ambiental não ter capitalizado as mudanças positivas que aconteceram ao logo dos anos. Tem problemas apontados como a mudança de diretores, a falta de água generalizada que existia na cidade de Manaus, áreas inteiras sem o abastecimento, as pessoas pagando para abastecer água para poder beber, ter



que perfurar poços, escolas e alunos estavam sem água, tinham que carregar água. A percepção negativa que tinha do abastecimento de água, continua perdurando, mesmo quando já não era realidade, a empresa não capitalizou a mudança que aconteceu na cidade em relação ao abastecimento. Pode-se dizer que a privatização da água foi um excelente negócio para os habitantes da cidade, independentemente de qual seria a empresa com a demanda da capacidade de água, tiraria do setor público recursos necessários para investir na área de saúde. Durante a existência da COSAMA, todos os meses o estado tinha que complementar com recursos para manutenção da própria empresa. Hoje o abastecimento está integral, completamente diferente. A Conselheira Karina falou que tinha perguntado ao Diretor Presidente da Manaus Ambiental especificamente a situação da Zona Leste, que tinha toda uma programação por conta das invasões e não tinham o serviço. Hoje já colocaram o serviço e estão convencendo as pessoas a se interligarem. Quantos por cento daquela área tinha sido atendida, que antes não eram. O Conselheiro Vicente falou que são pontos percentuais e a batalha agora era trazer as pessoas e interligar a área. A produção de hoje é uma vez e meia a demanda da cidade de Manaus, se produz o suficiente. Mas há cerca de 70 mil ex-usuários que não voltaram e não se interligaram. Tem programas que precisam resolver para assegurar a saúde financeira da concessionária. A Conselheira Helrima disse que é comum os usuários das comunidades fazerem solicitações ou reclamações de serviços. Tem visto em relatórios o andamento e está evoluindo, melhorou bastante, notou-se uma grande diferença. A AGEMAN está muito atuante e a empresa AEGEA está aberta a mudanças, buscando conquistar os clientes. O Conselheiro Presidente disse que as outras empresas trabalhavam com papel, celulose e outros tipos de resíduos. O grupo AEGEA só trabalha com o abastecimento de água e esgotamento sanitário e está atuando em 27 municípios e com isso traz otimismo. A privatização no Brasil é fundamental, é o case de sucesso em Manaus. Tirando a SABESP, que é uma economia mista, e a maior concessionária da América Latina. Qual seria a concessionária que iria investir em uma estação de tratamento como o Timbiras, 68 milhões de reais. O Prefeito Arthur ressaltou que quer a cidade saneada, o esgotamento operando e tem a preocupação e cobra em relação a isso, quer ver a evolução dos serviços. Tem o abastecimento de água e com o trabalho da engenharia vai suprimindo. O nível aceitável no Brasil é de 30% no máximo, até porque tem perdas naturais e físicas que sempre vão existir. Há uma preocupação do Prefeito em relação a população, em poder tratar a cidade, ele prefere economizar, gastar 1,00 em saneamento e economizar os 4,00 em saúde. A cidade precisa de saúde pública, é degradante um bairro sem o saneamento. A Conselheira Helrima agradeceu o trabalho da Suzy Tavares, Diretora Técnica, que está sempre acompanhando os serviços. O Conselheiro Rodrigo, teve uma observação em relação a concessionária, não sabe o método ou se tem alguma regulação sobre o trabalho feito nas ruas, porque fazem um serviço de saneamento e na finalização para fazer o fechamento com o asfalto é de péssima qualidade, deixam recalques, os moradores reclamam do barulho que os ônibus fazem ao passar em uma determinada rua. Os moradores reclamam de que quando abrem ruas para fazerem os serviços, demoram para fechar, causando transtornos. O Conselheiro Presidente falou que já foi identificado e notificado seja pela ARSAM ou AGEMAN sobre essa situação, terceirizam a mão de obra e é muito ruim,



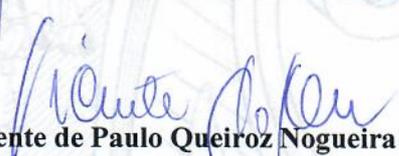
falta mais o acompanhamento de vistoria dessas obras terceirizadas. A ideia do prodiagnóstico do Dr. Renato é ter uma equipe de execução, não 100%, mas 80%, de contratarem, pavimentarem e já foi dito que em 24h eles tem que cumprir com os serviços. Não é trabalho da SEMINF. O Conselheiro Flávio falou que se o Sr. Renato Médici fizesse uma contratação terceirizada pela empresa, tivesse uma equipe dele seria ótimo, porque desafogaria mais. Não poderia contratar a SEMINF, porque não teria equipe suficiente para fazer serviços de reparos. A concessionária tem tentado fazer o acompanhamento com a SEMINF, problema é se acontecer de estourar uma adutora, ter que rasgar a rua, tem que ter o prazo de acompanhamento e junto com a secretaria de serviços básicos eles tem tentado manter o diálogo. O Conselheiro Presidente fez dois pedidos de mudança de datas, uma do dia 18 de outubro para o dia 15.10, porque vai estar na Representatividade da Associação Brasileira das Agências de Regulação, porque é o Vice-Presidente e o outra data, do dia 08 de novembro para 06.11, porque estará representando a Associação, vai estar no exercício da Presidência Nacional. Passou para o Assunto de Ordem Geral, dando a palavra para os conselheiros, no qual ninguém se manifestou. O Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos, a reunião foi encerrada às 16h e 45min. Nada mais havendo a tratar, lavrei esta Ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos Conselheiros e demais participantes da reunião.


Fábio Augusto Alho da Costa

Conselheiro Presidente do CMR/AGEMAN


Shirley de Lima Neves

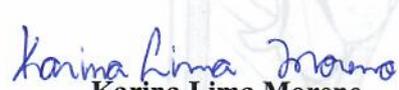
Secretária do Conselho/AGEMAN


Vicente de Paulo Queiroz Nogueira

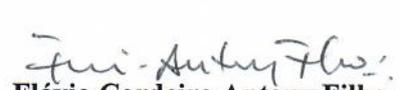
Conselheiro Representante das Concessionárias


Helirima de Fátima Oliveira da Silva

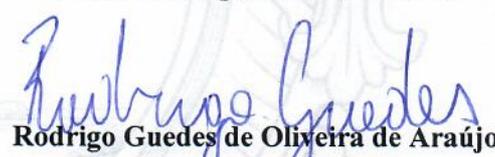
Conselheira Representante da CUC


Karina Lima Moreno

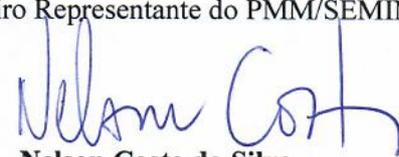
Conselheira representante da OAB


Flávio Cordeiro Antony Filho

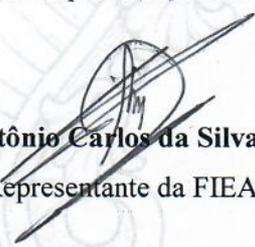
Conselheiro Representante do PMM/SEMINF


Rodrigo Guedes de Oliveira de Araújo

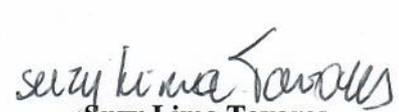
Conselheiro Representante do PROCON


Nelson Costa da Silva

Conselheiro Representante da CMM


Antônio Carlos da Silva

Conselheiro Representante da FIEAM/Suplente


Suzy Lima Tavares

Dir. Técnica de Concessões, Obras e Saneamento



PREFEITURA DE
MANAUS

 **AGEMAN**

AGENCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS
PÚBLICOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DE MANAUS
Av. Mário Ypiranga, 416 - Adrianópolis
CEP 69057 000 | Telefone: (92) 3215 4811
ageman@pmm.am.gov.br | agemam.gabinete@gmail.com

Tereza Maria Martins Teófilo

Tereza Maria Martins Teófilo

Assessora de Comunicação/AGEMAN

Sheyla Márcia Figueiredo do Valle
Sheyla Márcia Figueiredo do Valle

Assessora Técnica/AGEMAN

Cristiane Barbosa Rodrigues
Cristiane Barbosa Rodrigues

Assessora Jurídica/AGEMAN



[Handwritten marks]